



Produtores de etanol atingidos pela seca terão R\$ 380 milhões



Romero Jucá, Alvaro Dias e Eduardo Braga falam com o presidente do Senado, Renan Calheiros (2º à dir.) na sessão que aprovou a subvenção para produtores

Crédito visa contribuir para o aumento da produção e para a normalização do abastecimento nacional

Segue para promulgação medida provisória aprovada ontem pelo Senado que garante subvenção por causa da estiagem que se prolongou desde o ano passado no Nordeste.

Destilarias terão direito a R\$ 0,20 por litro de combustível produzido e vendido no mercado interno. **3**

Políticos serão impedidos de administrar concessionárias **7**

Grupo parlamentar tentará estreitar laços entre Brasil e Venezuela **8**

Renan anuncia votação da PEC do Voto Aberto para quarta-feira **2**

Correção da dívida terá votação agilizada

Projeto que redefine indexadores da dívida dos estados e municípios será votado em conjunto pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e

de Assuntos Econômicos na terça-feira. Em reunião com o governador Tarso Genro, Renan Calheiros garantiu que o projeto estará aprovado em 15 dias. **5**



Ao lado de Kátia Abreu, Vital Freixo preside reunião que aprovou tramitação conjunta do projeto de reestruturação da dívida

Filantrópicas e outras associações poderão vender planos de saúde **4**

Empresas de internet reclamam do excesso de burocracia **6**

Exposição mostra participação popular na Assembleia Constituinte **2**

Ferramentas de Transparência e Controle Social

É fácil ficar sabendo

O Senado disponibiliza ao cidadão diversas ferramentas de transparência e controle social, dentre elas:

- Lista de perguntas frequentes;
- Formulário para solicitação de informações;
- Ouvidoria;
- Siga Brasil, um sistema de pesquisa sobre o orçamento público; e
- Dados Abertos, informações obtidas e editadas em formato aberto.

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia





Flexa Ribeiro, entre Edilenice Passos (E) e Ilana Trombka, abre a exposição sobre a participação popular na Constituinte

Exposição lembra atuação popular na Constituinte

Evento faz parte das comemorações no Senado dos 25 anos de promulgação da Constituição federal. Visitantes poderão ler trechos das sugestões enviadas e das emendas populares acatadas

A PARTICIPAÇÃO POPULAR na elaboração da Constituição de 1988 está sendo lembrada em exposição montada pelo Senado e inaugurada ontem pelo primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro, acompanhado da diretora-geral-adjunta, Ilana Trombka, e da diretora da Secretaria de Gestão e Documentação do Senado, Edilenice Passos.

Trechos das correspondências e sugestões vindas de todo o Brasil poderão ser vistos pelos visitantes. O texto de algumas das emendas populares que foram acatadas na Constituição também está em exibição, assim como poderá ser ouvido o áudio com o conteúdo de

várias cartas recebidas ou visualizadas, pelo computador, a íntegra delas.

— É uma mostra diferente, onde o foco não é o trabalho dos parlamentares, mas sim o de milhares de anônimos que contribuíram para a elaboração da Constituição. Não é à toa que ela é conhecida como Constituição Cidadã, pois carrega em seu DNA a participação popular — disse Flexa Ribeiro.

A exposição, segundo explicou Edilenice Passos, é dividida em duas partes: na primeira, é focado o período antes e durante a elaboração da Carta, em que trechos de algumas das 72 mil sugestões da população poderão ser lidos, assim como o

texto de algumas das 83 emendas populares que tramitaram no Congresso — no total, foram apresentadas 122.

A segunda parte traz os mecanismos de democracia direta existentes pós-aprovação da Constituição, como o plebiscito, o referendo, os projetos de lei de iniciativa popular, a Comissão de Direitos Humanos, o e-Cidadania, canal de participação popular criado pelo Senado, a Ouvidoria e programas como o Senado Jovem, em que os jovens senadores podem apresentar propostas que tramitam na Casa. Um exemplo de projeto de iniciativa popular convertido em lei é a Ficha Limpa.

Sarney é homenageado por escolas do Legislativo

José Sarney (PMDB-AP) foi homenageado ontem pela criação e pelo fortalecimento das escolas de governo, instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional de servidores públicos. Foi José Sarney quem criou, em 1986, quando era presidente da República, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Em 1997, durante a primeira gestão dele como presidente do Senado, criou o Instituto Legislativo Brasileiro, que hoje integra o Sistema de Escolas de Governo da União.



Sarney acredita que é preciso estimular a autoestima do servidor

A atuação do senador na aprovação da Emenda Constitucional 19, que promoveu uma reforma da administração pública, também foi lembrada na abertura do 22º

Encontro Nacional da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (Abel). Ao entregar um diploma a Sarney, o primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro, afirmou que o ex-presidente da República contribuiu para aperfeiçoar a máquina pública.

Sarney considerou a homenagem como uma “prova de generosidade” e reiterou que o funcionamento eficiente da administração pública depende necessariamente da constante capacitação dos servidores.

Lei Maria da Penha abre Projeto Quintas Femininas

A procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), abre hoje o Projeto Quintas Femininas, espaço quinzenal para o debate de temas relativos à mulher. A iniciativa tem o apoio da deputada Erika Kokay (PT-DF).

A primeira palestra trata da aplicação da Lei Maria da Penha e contará com a participação da promotora de Justiça Márcia Teixeira. Integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a promotora faz parte de grupo que elabora estratégias e ações de enfrentamento à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

Vanessa lamenta morte de ex-dirigente do PCdoB

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou ontem moção de pesar pela morte de Carlos Olímpio Martins de Carvalho, o Calucho, ex-dirigente do PCdoB. Ele morreu em Salvador, em decorrência de um câncer de medula. “Era querido de todos nós, não apenas por sua capacidade teórica, por sua capacidade política, mas pelo profundo carinho e dedicação que tinha com todos”, lembrou. Ângela Portela (PT-RR) e Ana Amélia (PP-RS) também lamentaram o falecimento.



PEC do Voto Aberto deve ser votada quarta-feira, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou para a próxima quarta-feira a votação em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que institui o voto aberto em todas as decisões do Legislativo (PEC 43/2013). A iniciativa veio da Câmara como uma “resposta às ruas” e extingue o voto secreto nas duas Casas do Congresso, nas assembleias legislativas estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas câmaras de vereadores.

No Senado, a matéria tem sido alvo de controvérsias. Parte dos senadores é a favor de acabar com o voto secreto para todas as decisões. Outra parte é favorável

ao voto aberto apenas para a cassação de mandatos. Um terceiro grupo se divide entre aqueles que querem manter o voto secreto para os vetos presidenciais e aqueles que, além dos vetos, preferem manter em sigilo os votos nas indicações de autoridades como ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República.

Renan chegou a anunciar a votação em primeiro turno, atendendo a solicitação de Walter Pinheiro (PT-BA), mas não houve acordo. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi um dos senadores que se manifestaram contrários à votação da PEC ontem.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Trabalho escravo

14h Na pauta, entre outros itens, projeto que expropria áreas rurais e urbanas onde haja exploração de trabalho escravo.

PRESIDÊNCIA Governador de Goiás

14h30 Renan Calheiros recebe o governador de Goiás, Marconi Perillo; às 16h, preside a ordem do dia; às 20h, participa da abertura do 30º Encontro Nacional dos Juizes Federais, em Maceió.

CRA Presidente da Funai

7h45 A demarcação de reservas indígenas e impactos na agricultura serão debatidos com a presidente da Funai, Maria Augusta Boullitreau Assirati.

CMA Celular na Região Norte

8h30 Audiência pública interativa sobre o funcionamento da telefonia celular na Região Norte terá a presença, entre outros, do superintendente de Controle de Obrigações da Anatel, Roberto Martins.

CDH Pessoa com deficiência

9h As políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino e de combate ao preconceito no ambiente escolar serão debatidas com o deputado federal Jean Wyllys.

CE Plano Nacional de Educação

9h Audiência pública para instruir o projeto de lei da Câmara que aprova o Plano Nacional de Educação.

CCJ Arbitragem

9h30 Audiência para a análise de projetos relacionados a mediação e arbitragem. Convidado, entre outros, o promotor de Justiça Humberto Dalla.

SECA Subcomissão se reúne

9h30 Reunião da Subcomissão sobre Obras de Preparação para a Seca.

CRE Três embaixadores

10h Aprecia os nomes de Sergio Caneas para embaixador na Sérvia e em Montenegro, Appio Acquarone Filho para o Chipre e Antonio Nascimento para Kuwait e Barein.

CONSTITUIÇÃO Direito de greve

11h30 Comissão aprecia relatório final sobre a regulamentação constitucional do direito de greve do servidor público.

QUINTAS FEMININAS Maria da Penha

15h A aplicação da Lei Maria da Penha é o tema de estreia do Projeto Quintas Femininas, da Procuradoria da Mulher. O encontro terá participação popular pelo site www.senado.leg.br/ecidadania.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, na sequência, audiência pública da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h30, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova R\$ 380 milhões para produtores de etanol no Nordeste

Crédito extraordinário vai ajudar o setor, que vem sendo prejudicado pela estiagem prolongada desde o ano passado

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 622/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 380 milhões para subvenção aos produtores de etanol combustível no Nordeste. O texto vai a promulgação.

A subvenção foi dada pela MP 615/2013, transformada na Lei 12.865/2013. O objetivo é ajudar o setor naquela região por causa da estiagem que se prolongou desde o ano passado. Destilarias receberão R\$ 0,20 por litro de combustível efetivamente produzido e comercializado no mercado interno. O custo previsto, em 2013 e 2014, é de R\$ 393 milhões, considerando volume de quase 2 bilhões de litros.

Para receberem as subvenções, os produtores não precisarão comprovar regularidade fiscal com a União.



Alvaro Dias (D) diz que a medida provisória é tardia, mas votou a favor porque ela beneficia agricultores do Nordeste

O pagamento poderá ser feito por cooperativas ou sindicatos. A finalidade da MP 622 é contribuir para o aumento da produção e para a normalização do abastecimento nacional — que tem demanda crescente em razão do aumento da frota.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a MP é “tardia”, pois chega um ano e meio depois dos

prejuízos dos produtores. Ele acrescentou que o ideal seria um debate mais profundo sobre temas como o da MP, inclusive com a realização de audiências públicas. Da forma como o governo agiu na MP 622, afirmou o senador, o Congresso Nacional foi tratado apenas como “chancelador” do Executivo. Alvaro admitiu,

no entanto, que a medida traz benefícios para os produtores do Nordeste e disse que, por isso, votou a favor da MP.

— O governo é atrapalhado e extremamente lento, até mesmo quando se trata de medidas assistencialistas. É uma medida eleitoreira, às vésperas da corrida presidencial — disse o senador.

Texto fixa prazo de 180 dias para análise de registro de agrotóxico

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem prazo máximo de 180 dias para análise e registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo governo federal. O projeto de lei (PLS 209/2013) de Ruben Figueiró (PSDB-MS) agora segue para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O prazo conta a partir da entrada do pedido de registro na União. Caso a decisão seja favorável, a formalização do registro deve ser feita em 15 dias. O projeto admite a prorrogação apenas uma vez, por igual período e desde que justificado.

Figueiró aponta burocracia no registro de agrotóxicos, com processos que podem se estender, disse, de 40 meses a até 12 anos.

Segundo o senador, o excesso de exigências pode atrasar até a colocação no mercado de produtos mais eficientes no combate a pragas, que geram menos prejuízos ao meio ambiente e são mais baratos para o produtor rural e menos perigosos para os aplicadores.

O relator, Blairo Maggi (PR-MT), recomendou aprovação, mas aceitou proposta para tirar do texto parágrafo sobre punição a agentes públicos que desobedecessem as exigências. O autor sugeria que os agentes respondessem por improbidade administrativa, mas Pedro Taques (PDT-MT) alegou que essa modalidade de pena não pode ser aplicada de forma automática, e sim resultar do exame do caso concreto pelo juiz.

Técnicos poderão presidir conselhos profissionais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta do senador Fernando Collor (PTB-AL) que permite aos técnicos de nível médio e tecnólogos disputar a presidência de conselhos de Engenharia e Agronomia. A proposta, aprovada com quatro emendas do relator, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), deve seguir para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no Plenário.

A intenção do PLS 356/2013 é harmonizar as Leis 8.195/1991 e 5.194/1966, contraditórias em relação à questão.

Todos os senadores que votaram disseram que a proposta corrige uma discriminação contra os profissionais de nível médio,

que somariam 43% do total de inscritos nos conselhos. “Esse projeto respeita o fato de que todos que são filiados e contribuem possam participar do processo”, afirmou Wellington Dias (PT-PI).

Para Cyro Miranda (PSDB-GO) e Roberto Requião (PMDB-PR), a proposta corrige uma grave distorção. “Não é possível que se coloque um contingente de profissionais numa organização sindical, pagando contribuição e não votando”, argumentou Requião. Também defenderam a proposta os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ana Rita (PT-ES), Paulo Paim (PT-RS), Ana Amélia (PP-RS), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Waldemir Moka (PMDB-MS), presidente da CAS.

MP da Lei da Seca não deve voltar à comissão, diz Cícero

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse ontem que não há base regimental para devolver a Medida Provisória (MP) 623/2013 à comissão mista que analisou o assunto. O texto, conhecido como MP da Lei da Seca, facilita a quitação de dívidas de produtores rurais atingidos pela estiagem.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, decidiu devolver a MP porque o relatório aprovado pela comissão mista trataria de outro assunto, como a tributação de insumos da indústria química nacional.

Relator da MP na comissão mista, Cícero disse que o assunto tem a ver com a safra e com a indústria da cana. O relatório foi aprovado na comissão mista terça-feira, depois de muito debate.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz celebra aprovação de projeto que cria a Anater

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do projeto que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), para ajudar no aumento da produtividade e da renda de agricultores familiares e de médios produtores rurais, prioritariamente.

— Com a criação da Anater, o Brasil dará mais um passo importante para superar os problemas de gestão das políticas públicas de assistência técnica — disse.

O PLC 81/2013 está sendo analisado agora pela CCJ.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadores divergem sobre definição de trabalho escravo

Houve discordâncias conceituais na primeira sessão de discussão sobre o projeto (PLS 432/2013) que regula a



Relator, Jucá pretende preparar calendário especial para a PEC

expropriação de propriedades urbanas e rurais onde fique comprovado o trabalho escravo.

Kátia Abreu (PMDB-TO) parabenizou o relator, Romero Jucá (PMDB-RR). Na opinião dela, a proposta traz segurança jurídica ao definir trabalho escravo como aquele realizado de modo forçado ou com restrição à liberdade, por meio de dívidas com o empregador ou pela falta de transporte.

Para Ana Rita (PT-ES), porém, a proposta precisa ser mais bem debatida porque flexibiliza o conceito.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu a ampliação dos debates e alertou para o risco de inocuidade da previsão de expropriação caso o conceito seja restringido.

A PEC 57A/1999 — que será regulamentada pelo PLS 432/2013 — estabelece, além do cultivo de drogas, o trabalho escravo como motivo para a expropriação de terras. Como a PEC não foi pautada para a ordem do dia, vários senadores questionaram a análise do projeto. O presidente do Senado, Renan Calheiros,

anunciou que a PEC deverá ser votada hoje e garantiu que o PLS 432/2013 somente será votado após a PEC.

Jucá comunicou que deverá preparar calendário especial para que a PEC possa ser votada num único dia.

Tramitação especial

Por se tratar de uma proposta da Comissão Mista Especial para Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, a tramitação é especial e obedece ao rito definido no

Regimento Comum do Congresso. Assim, são necessárias duas sessões de discussão para que o projeto seja votado em primeiro turno. Depois deve haver um intervalo de 48 horas para que o projeto seja votado em segundo turno. Apesar da tramitação especial, o quórum para que seja aprovado é de maioria simples.

A discussão do PLS 432/2013 foi acompanhada por trabalhadores da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) de vários estados do país.

Aprovado projeto que desobriga entidades de autogestão, como organizações filantrópicas, fundações, sindicatos e associações, de criarem empresa para comercializar serviços de saúde



Plenário do Senado durante sessão que aprovou o PLC 30/2009: proposta volta à Câmara porque recebeu emendas

Filantrópicas poderão operar plano de saúde

OS SENADORES APROVARAM ontem em Plenário projeto de lei que isenta as entidades filantrópicas da obrigação de criar pessoa jurídica exclusiva para a operação de planos de saúde privados.

O PLC 30/2009 foi apresentado pelo deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS). No projeto, ele argumenta que a iniciativa visa beneficiar entidades como as Santas Casas e outros hospitais filantrópicos que mantêm planos de saúde privados. O relator da matéria na CAS foi o então senador Roberto Cavalcanti.

O projeto altera a Lei 9.656/1998, cujo artigo 34 obriga as pessoas jurídicas que têm outras atividades principais a criarem empresa exclusiva para a operação de planos e seguros privados de saúde.

Segundo Perondi, a criação de pessoa jurídica específica para a operação de planos de saúde vai contra a estrutura jurídico-financeira das filantrópicas, que não

podem, por exemplo, partilhar o patrimônio ou distribuir resultados, dividendos e participações.

Com a mudança defendida por ele, as filantrópicas, em vez de constituírem outra pessoa jurídica, apartariam as operadoras de planos de saúde, constituindo um departamento ou uma filial com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sequencial ao da pessoa jurídica que lhe dá origem.

Apesar de ressaltar no relatório que as regras atuais visam facilitar a fiscalização das operadoras (protegendo assim os segurados), Roberto Cavalcanti defendeu a aprovação da matéria, argumentando que o projeto “não prejudica, em princípio, o controle e a fiscalização”.

Outras entidades

A proposição foi alterada por Roberto Cavalcanti, em emenda aprovada na CAS e acolhida pelo Plenário. Ele modificou o texto para

beneficiar, da mesma forma que as filantrópicas, “as entidades de autogestão constituídas sob a forma de fundação, sindicato ou associação, que na data de publicação desta lei já prestavam serviços de assistência à saúde”.

Ao justificar a alteração, o então senador argumentou que “o projeto abre a oportunidade de examinar e resolver o problema que o mesmo artigo 34 da Lei 9.656 criou para fundações, sindicatos e associações que já ofereciam assistência à saúde”.

Essas entidades, segundo Roberto Cavalcanti, “não competem no mercado e não têm finalidade lucrativa; sua ação está circunscrita à comunidade de servidores ou empregados, ativos e aposentados, de um determinado órgão público ou empresa, seus pensionistas e dependentes”.

Como o projeto foi aprovado com emenda, retorna agora à Câmara dos Deputados para nova apreciação.

Humberto Costa elogia Programa Mais Médicos



Humberto Costa (PT-PE) defendeu, na terça-feira, o Programa Mais Médicos. O senador disse acreditar que a iniciativa vai melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população e garantir acesso ao sistema de saúde a milhões de brasileiros que hoje veem o médico de maneira esporádica.

Humberto relatou que acompanhou, no final de semana, a chegada de 151 médicos estrangeiros à cidade do Recife.

Paulo Paim defende aprovação da PEC da Geap

Paulo Paim (PT-RS) defendeu em Plenário, na terça-feira, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 214/2012, conhecida como PEC da Geap.

Na avaliação de Paim, a intervenção por que passa a entidade, mesmo se bem-sucedida no que se refere ao saneamento administrativo e financeiro, não tem a capacidade de resolver definitivamente os problemas da Geap.

— É preciso definir a questão jurídica e legal de modo que o problema da legitimidade dos convênios firmados pela Geap com órgãos públicos fique dirimida — disse Paim.

Ana Amélia: ampliação do combate ao câncer deve ser sancionada



Presidente Dilma Rousseff deve sancionar sem vetos o projeto, aprovado pelo Senado na semana passada, que inclui o tratamento com medicamentos de uso oral contra o câncer na cobertura obrigatória dos planos de saúde, afirmou ontem a autora da proposta, senadora Ana Amélia (PP-RS).

O avanço na legislação, frisou, é um dos pontos a serem comemorados no Outubro Rosa, mês de conscientização sobre o combate ao câncer de mama.

Paulo Bauer lembra o centenário do pintor Willy Zumblick



Paulo Bauer (PSDB-SC) prestou uma homenagem, na terça-feira, ao artista plástico catarinense Willy Alfredo Zumblick. Ao discursar no Plenário, o senador contou que o artista estaria completando 100 anos no último dia 26 de setembro.

— Sua obra é tão rica que é uma verdadeira lástima não ser conhecida por todos os brasileiros. Qualquer homenagem será insuficiente diante do talento do artista que foi Zumblick — concluiu.

Renan destaca eficiência nos 10 anos do Bolsa Família

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que, ao relatar o projeto de criação do Programa Bolsa Família, nunca duvidou da eficiência e alcance socioeconômico da iniciativa. Renan participou da solenidade de celebração dos dez anos do programa, a convite da presidente Dilma Rousseff. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDA), o programa beneficia hoje quase 50 milhões de pessoas. Em 2013, o orçamento previsto é R\$ 24 bilhões (0,46% do PIB).

— A meta há dez anos, ousada para a época, era fazer com que todo brasileiro fizesse três refeições por dia — afirmou o senador.

Passage livre para estudantes deve ser votado até o fim do ano

Autor do projeto que prevê passe livre para estudantes, Renan Calheiros (PMDB-AL) disse esperar que o texto seja aprovado até o fim do ano. Vital do Rêgo (PMDB-PB), que deve relatar o projeto (PLS 248/2013), defende a realização de audiências públicas, com o apoio de Renan.

Vital disse acreditar que os recursos para financiar o passe livre poderão vir do Orçamento da União, mas defendeu audiência pública com a Comissão Mista de Orçamento (CMO) antes de uma definição.

Apresentado em junho, o projeto chegou a ir ao Plenário, mas foi enviado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) após requerimento.

Bolsa Família deve ser política de Estado, afirma Aécio Neves

Aécio Neves (PSDB-MG) anunciou que fará projeto para transformar o Bolsa Família em política de Estado, incorporando o programa à Lei Orgânica de Assistência Social — Loas (Lei 8.742/1993).

— O Bolsa Família deixará de ser o projeto de um governo, de um partido político.

O objetivo, disse Aécio, é impedir que o programa seja usado durante campanhas eleitorais. Ele acrescentou que as famílias deixarão de ser “atemorizadas pela leviandade de alguns que acham que os adversários vão interromper o programa”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ângela Portela comemora sucesso do Enem 2013

Em discurso na terça-feira, Ângela Portela (PT-RR) elogiou os organizadores e os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano, realizado no último fim de semana. Ela parabenizou os mais de 5 milhões de jovens que prestaram o exame em 1.661 cidades.

— Foi, sem sombra de dúvidas, o maior Enem da história, o segundo maior exame do planeta nesta modalidade, que é a de servir como processo seletivo para ingresso nas universidades e nos institutos federais — afirmou a senadora.



Jefferson Rody/Agência Senado

Contrato de trabalho poderá ser suspenso em caso de crise

O contrato de trabalho poderá ser suspenso, entre dois e cinco meses, quando o empregador, em razão de crise econômica, comprovar que não pode manter a produção ou o fornecimento de serviços. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o PLS 62/2013, que prevê a possibilidade.

Ainda conforme o projeto, de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO, foto), o prazo poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo

coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O relator da matéria, Armando Monteiro (PTB-PE), tinha apresentado um substitutivo ao projeto, para suprimir a exigência da aquiescência formal do empregado, já prevista na

CLT. No entanto, durante a votação, Paulo Paim (PT-RS) pediu a ele e aos demais senadores da comissão que aprovassem o projeto original, sem a supressão dessa formalidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão de Constituição e Justiça aprovou requerimento para votação do PLC 99/2013 em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para agilizar a aprovação e permitir efeitos ainda este ano

Novo indexador de dívidas terá votação conjunta

O PROJETO QUE define novos indexadores da dívida consolidada dos estados e municípios (PLC 99/2013 — Complementar) será votado em conjunto pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira.

Requerimento de sessão conjunta, dos senadores Luiz Henrique (PMDB-SC), Armando Monteiro (PTB-PE), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Romero Jucá (PMDB-RR), foi acolhido ontem na CCJ.

Aprovado pela Câmara no dia 23, o projeto muda o indexador de correção das dívidas de estados, do Distrito Federal e de municípios com a União. Pela proposta, as dívidas hoje corrigidas pelo IGP-DI mais 6% ou 9% poderão passar a ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ou pela



Luiz Henrique espera que prefeituras tenham um reforço de caixa ainda este ano

taxa Selic, o que for menor.

A aplicação dos novos indexadores para recálculo das dívidas poderá ser retroativa e beneficiará estados e municípios que assinaram contratos com a União a partir de 1999.

Segundo Luiz Henrique, o exame conjunto da proposta já foi negociado com o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), e permitirá a aprovação em menor tempo, atendendo reivindicação de

prefeitos e governadores.

— Há um apelo para que aproveamos com toda a urgência, para ser possível um reforço de caixa ainda nesses últimos meses do ano — disse.

Ao apoiar a iniciativa para agilizar o exame do PLC 99/2013, o presidente da CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que buscará os encaminhamentos necessários para a realização da sessão conjunta.

Renan garante a Tarso aprovação em 15 dias

Em reunião ontem, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, apoio para a aprovação no Senado do projeto

que muda o índice de correção das dívidas de estados, Distrito Federal e municípios junto à União (PLC 99/2013 — Complementar).

Renan afirmou que o projeto

já foi enviado às Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde deverá ser votado em sessão conjunta e encaminhado ao Plenário. O texto poderá ser aprovado nos próximos 15 dias. Segundo Renan, Alagoas também será beneficiado com o projeto, assim como todos os estados.

Tarso Genro afirmou que a proposta reestrutura a dívida dos estados, é um marco histórico para o futuro e resolverá os problemas causados pelo endividamento de longo prazo.



Ao lado de Pedro Simon, Renan Calheiros recebe o governador Tarso Genro

Paim quer urgência para projeto que muda indexador de dívidas

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a afirmação do presidente do Senado, Renan Calheiros, de que deve ser aprovado em 15 dias o projeto de alteração do indexador das dívidas de estados e municípios com a União. O PLC 99/2013 atende reivindicação antiga de governadores e prefeitos.

— O importante é que ele seja votado em regime de urgência — afirmou Paim ontem, em reunião com o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e as bancadas do estado na Câmara e no Senado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lúcia Vânia: novo ICMS não pode prejudicar estados emergentes

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu ontem emendas que apresentou ao PLS 106/2013 — Complementar, que modifica a legislação do ICMS. Para ela, a reformulação da lei não deve causar prejuízo aos estados emergentes nem tornar os estados meros receptores de repasses de recursos. A senadora destacou a necessidade de garantir que os estados em desenvolvimento mantenham a capacidade de contribuir para a economia nacional e criticou a “assimetria” que levou a reforma tributária a começar pelo ICMS.



José Cruz/Agência Senado

Adiada análise de projeto que compensa redução de ICMS

A Comissão de Assuntos Econômicos adiou a votação do Projeto de Lei do Senado 106/2013 — Complementar, que compensa as perdas dos estados em consequência da redução das alíquotas do ICMS.

Comissão avalia crédito para o Ministério da Justiça na quarta-feira

A Comissão Mista de Orçamento suspendeu a reunião para votação de crédito de R\$ 62 milhões (PLN 10/2013) destinado ao Ministério da Justiça. A votação da proposta ficou para quarta-feira.

PEC do Orçamento Impositivo será apreciada na próxima terça

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000) será apreciada, em primeiro turno, na próxima terça-feira. A PEC torna obrigatória a destinação de recursos para as emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria uma fonte de financiamento estável para a saúde pública.

O adiamento atende pedido dos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Pedro Taques (PDT-MT) para que fosse adiada a votação. Os senadores argumentaram que o parecer do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) sobre as nove emendas à matéria, aprovado ontem na CCJ, não foi publicado no *Diário do Senado* antes de a proposta ser incluída na ordem do dia, conforme exige o regimento da Casa.

O parecer de Eduardo Braga acolheu duas dessas emendas, uma de Eunício Oliveira (PMDB-CE) e outra de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A emenda de Eunício amplia o limite das emendas parlamentares de 1% para 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, retira a referência a “caso fortuito” e “força maior” do rol de impedimentos técnicos

à execução das emendas e vincula os dispositivos do substitutivo ao artigo 166 da Constituição, e não mais ao artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

“Esta proposta amplia o percentual de emendas cuja execução financeira e orçamentária será obrigatória, além de ampliar a parcela de investimentos destinados a ações e serviços de saúde (de 0,5% para 0,6%). Ademais, resolve definitivamente a questão das regras sobre o procedimento a ser adotado em caso de inexecução das emendas em virtude de impedimentos técnicos — que passarão a integrar o texto constitucional, em vez de constituírem matéria remetida a uma lei complementar futura”, esclareceu Braga.

Já a emenda de Valadares exclui a exigência de adimplência dos estados e municípios e do Distrito Federal para a transferência pela União de recursos para execução de emendas parlamentares e define que o repasse não fará parte da base de cálculo da RCL para aplicação dos limites de despesa com pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Relator do projeto, Eduardo Braga (E), conversa com Walter Pinheiro

Congresso votará no dia 19 a Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013) será votado em 19 de novembro, logo após os vetos presidenciais a projetos de lei do Congresso. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Lobão Filho (PMDB-MA), após reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Seis vetos estão pautados para votação no mesmo dia, incluindo dispositivos da lei que instituiu a profissão de vaqueiro (Lei 12.870/2013) e a Lei 12.685/2013 (convertida da MP 615/2013), que dá subvenção a produtores de cana no Nordeste e a usineiros na produção de

etanol combustível.

A pauta do Congresso volta a ser trancada no dia 22, com o veto à Lei do Programa Mais Médicos (Lei 12.871/2013).

Segundo o relator na comissão, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), também presente na reunião, o relatório final da LDO, aprovado na semana passada, vai ao Plenário sem acordo para mudanças.

(Da Agência Câmara)



Lobão Filho anunciou a data após reunião com Renan Calheiros



Ao lado de Wilson Cardoso, da Nokia, e Jarbas Valente, da Anatel, Petecção ouviu o presidente da Vivo, Antonio Valente

Empresas apontam travas da internet no Brasil

Impostos altos, burocracia e complexidade fiscal atrapalham o desenvolvimento das telecomunicações no país e a ampliação da banda larga e das redes 3G e 4G, segundo participantes de audiência pública

AS DIFICULDADES PARA instalação de antenas, a burocracia e a alta carga tributária foram apontadas pelas empresas de telecomunicações como desafios para o desenvolvimento do setor no Brasil. Em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ontem, representantes das operadoras defenderam também a elaboração do Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011), em tramitação na Câmara, e a adoção de um marco regulatório que permita o equilíbrio entre investimentos e receitas.

— A Vivo tem 150 funcionários só para tratar de gestão de tributos. O problema não é só a elevada carga tributária, mas a complexidade para operar — argumentou Antonio Carlos Valente, presidente da Vivo.

Ele disse que, segundo o Banco Mundial, o Brasil está em 130º lugar entre 145 países num ranking de viabilidade de negócios. Os Estados Unidos estão em 4º lugar.

— É difícil fazer negócio aqui. Tributação elevada, complicada realidade fiscal, complexidade da legislação trabalhista, burocracia e morosidade para obtenção de documentos e licenciamentos prejudicam o setor.

O presidente da Vivo mostrou-se preocupado com a dificuldade para a instalação de antenas nos pequenos municípios. Segundo ele, as leis municipais não facilitam a expansão dos equipamentos

e a falta de uma legislação uniforme e atualizada está prejudicando o acesso dos brasileiros aos serviços.

A rentabilidade é outro problema, na opinião do diretor de Tecnologia para a América Latina da Nokia, Wilson Cardoso. Segundo ele, o crescimento médio das receitas das operadoras é de 4% ao ano, incompatível com a previsão do aumento do tráfego de banda larga móvel, que é de 177% até 2020.

— Entre 2010 e 2020, as redes de tele têm que crescer mil vezes — afirmou Cardoso.

O conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Jarbas Valente disse que a agência trabalha

para ajudar na massificação da estrutura de banda larga, para levar as coberturas 3G e 4G a 100% dos municípios até 2019. Hoje, o índice é de 57%.

Walter Pinheiro (PT-BA) alertou para a necessidade de os governantes entenderem que as telecomunicações são questões prioritárias. Para ele, devem ser encaradas como outros setores considerados gargalos para o desenvolvimento da economia. O senador disse não ter esperança de que o Marco Civil da Internet, em tramitação na Câmara, seja concluído em 2013 e acredita também que os deputados não votarão a Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012) neste ano.

Muito a crescer



80º lugar: posição atual do Brasil no ranking de velocidade de banda larga com 240 nações.

40 milhões: número de domicílios brasileiros a serem contemplados com banda larga até 2014, conforme o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

4% ao ano: crescimento das receitas das operadoras, considerado baixo pelas empresas.

177% ao ano: previsão de crescimento do tráfego de banda larga móvel no Brasil até 2020.

R\$ 297 bi: valor investido no setor de telecomunicações brasileiro de 1998 a 2011. Quase a totalidade desses recursos veio do setor privado.

R\$ 215 bi: receita bruta do setor em 2012, o equivalente a 5% do PIB nacional.

R\$ 485 bi: total arrecadado em tributos pelo setor de 2000 a 2012. Segundo empresas, o ramo de telecomunicações está submetido ao mesmo nível de tributação que o setor de bebidas.

130º lugar: posição do Brasil num ranking sobre dificuldade para a realização de negócios, elaborado pelo Banco Mundial, com 185 países.

264 dias: tempo médio necessário para uma operadora obter licença para instalação de antena em municípios.

Saúde infantil e ensino básico poderão receber recursos do pré-sal

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o PLS 280/2013, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que beneficia a saúde infantil e a educação básica com recursos da exploração do petróleo e do gás da camada pré-sal. Segundo o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), o gasto médio com educação é de aproximadamente 5,5% do



Ferraço quer destinação específica para arrecadação do petróleo e gás

PIB, mas o Plano Nacional de Educação (PNE) vai requerer adicionais de 4,5%, devendo chegar a 10% do PIB em 2020. O projeto segue para a Comissão de Educação (CE).

Figueiró vê venda de ilusões sobre Campo de Libra

Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que o governo transformou o leilão de exploração de petróleo no Campo de Libra, na Bacia de Santos (SP), em propaganda eleitoral.

— Ouço comentários sobre os valores trilhados, na direção de um ufanismo perigoso, porque induzem a pensar que os recursos serão aplicados em educação e



Comentários induzem a ufanismo perigoso, segundo Figueiró

saúde imediatamente.

Na terça-feira, Figueiró comemorou os dez anos do Bolsa Família, ressaltando que a iniciativa deve ser vista como ação de Estado.

Mudança de funções no Dnit não deve aumentar custos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o PLC 82/2013, que cria 518 funções comissionadas e 11 funções gratificadas no Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (Dnit). O texto, que segue para votação no Plenário, também extingue 441 funções comissionadas, 109 cargos de direção e assessoramento



Relator, Rodrigues deu parecer favorável à proposta

superior (DAS) e 84 funções gratificadas. O relator, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), afirma que a proposta não cria despesas adicionais no orçamento anual do Dnit.

Custo de medidor de energia rural poderá caber à concessionária

A aquisição de relógios de dupla tarifação em propriedades rurais, para aferir descontos em irrigação e aquicultura, deverá ficar a cargo das concessionárias de energia elétrica. A medida consta de projeto (PDS 787/2009) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O autor,



Malta quer suspender resolução da Aneel que penaliza o consumidor

Magno Malta (PR-ES), pretende suspender resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que transfere o custo para o consumidor.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Políticos não poderão dirigir concessionárias

Substituto aprovado pela CCJ proíbe que empresas prestadoras de serviços públicos contratem ocupantes de cargos eletivos e parentes até o 2º grau até dois anos após o fim do mandato

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo ao PLS 358/2009, que proíbe políticos no exercício do mandato, ou que deixaram o cargo há menos de dois anos, de dirigir concessionárias de serviços públicos, como empresas de telefonia e energia elétrica.

Os contratos de concessão deverão conter cláusula proibindo a contratação, na circunscrição eleitoral do poder concedente (União, estados e municípios), de políticos nessas condições para ocupar cargos de direção e administração ou de representação das empresas. O impedimento se estende aos parentes até segundo grau.

De acordo com o substitutivo, que propõe alterações na Lei das Concessões e Permissões de Serviço Público (Lei 8.987/1995), caso sejam realizadas contratações desse tipo, a empresa deverá desligar o contratado imediatamente. Estão previstas sanções em caso de desobediência, entre elas a rescisão, pela declaração de caducidade, do contrato de concessão.

O autor do projeto, Inácio Arruda (PCdoB-CE),



Vital, presidente da CCJ, Inácio, autor da proposta, e Kátia Abreu na comissão

pretendia que a caducidade fosse aplicável imediatamente, assim que constatada a contratação irregular. Ele estendia a proibição para parentes de até terceiro grau e não fixava limite temporal para o ocupante de cargo eletivo. Ou seja, bastaria ter sido detentor de mandato para ficar impedido de gerir concessionárias.

Inácio observa que a medida é necessária para preservar a moralidade da prestação de serviços públicos. Um alvo indireto seria a moralização do processo eleitoral, pondo freio a “relações espúrias” entre dirigentes públicos e empresas contratadas.

As regras alcançam políticos como senadores, deputados, federais e estaduais, e vereadores, além de governadores e prefeitos.

O relator da proposta na CCJ, Luiz Henrique (PMDB-SC), modificou o texto aproveitando duas emendas, uma de Francisco Dornelles (PP-RJ), limitando a proibição a quem exerceu mandato nos últimos dois anos e aos parentes até segundo grau. A outra, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afastou a hipótese de caducidade automática do contrato, argumentando que medida imediata tão contundente poderia trazer mais prejuízos que benefícios à sociedade, inclusive a interrupção dos serviços.

A matéria deverá ser votada uma vez mais na CCJ. Se aprovada, seguirá para exame na Câmara dos Deputados, desde que não seja apresentado recurso para votação final em Plenário.

Audiência debaterá prazo para divulgação de pesquisa eleitoral

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai discutir em audiência a PEC 57/2012, que proíbe divulgação de pesquisas nos 15 dias que antecedem primeiro e segundo turnos de eleições. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP, foto), relator da PEC, sugeriu o debate, ainda sem data definida.

A lei atual não impõe ressalvas, por isso pesquisas têm sido divulgadas até no dia das eleições. O autor da PEC, Luiz Henrique (PMDB-SC), explica que o objetivo é



Gerardo Magela/Agência Senado

evitar interferência de pesquisas que apresentam discrepância com os votos apurados. Serão convidados o ministro Ricardo Lewandowski, do

Supremo Tribunal Federal, e Carlos Augusto Montenegro, presidente do Ibope, entre outros.

Também foi aprovado requerimento de Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Pedro Taques (PDT-MT) selecionando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para avaliação.

Rejeitado regime especial para administradores e contadores

Inconstitucionalidade foi o motivo apontado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para rejeitar, ontem, projeto (PLS 215/2012) que incluiria cargos efetivos de administrador e contador do governo federal na estrutura remuneratória especial. Apesar do voto favorável do relator, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), a maioria considerou que regime jurídico de servidores deve ser definido pelo Executivo.

O benefício foi concedido em 2010 para engenheiros,



Waldemir Barreto/Agência Senado

arquitetos, economistas, estatísticos e geólogos integrantes dos planos de carreiras e cargos do Poder Executivo.

O autor do projeto, Gim (PTB-DF, foto), disse que administradores e contadores teriam sido esquecidos.

Com o resultado, Gim afirmou que buscará novo caminho para apoiar a reivindicação de administradores e contadores. Ele adiantou que vai procurar a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para discutir a forma de condução da proposta.

Mário Couto acusa governo Dilma de mentir para o povo

Mário Couto (PSDB-PA) fez duras críticas ao governo de Dilma Rousseff,

que chamou de “incompetente e mentiroso”. Ontem, em discurso no Plenário, o parlamentar disse que “a população não aguenta mais sofrer com as mentiras” da chefe do Executivo federal. De acordo com Couto, várias promessas não foram cumpridas nesses quase quatro anos de governo. Entre elas, 6 mil creches e as 130 mil cisternas para populações que sofrem com a seca. O senador assinalou ainda que a presidente teve a “cara de pau” de inaugurar duas vezes a Ferrovia Norte-Sul e entregou casas do Programa Minha Casa, Minha Vida sem água e sistema de esgoto.

CPI das Federações de Futebol já tem assinaturas

Mário Couto informou ter conseguido 37 assinaturas — 10 a mais que o necessário — para a criação da CPI das Federações de Futebol, com o objetivo de investigar denúncias sobre irregularidades nessas entidades desde o ano 2000, como abuso de poder econômico nas eleições de dirigentes, compra de votos, desvio de verbas, transferências irregulares e problemas com as prestações de contas e o recolhimento de tributos. O senador argumenta que as entidades contam com renúncia fiscal. “Há mais de R\$ 1,1 bilhão envolvido nesse processo atinente à Copa do Mundo e, com certeza, renúncia fiscal é recurso federal”, disse Mário Couto, demonstrando preocupação com o uso desses incentivos para “fomentar atividades irregulares ou ilícitas”.

Mozarildo pede mais consciência política ao cidadão

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem mais consciência política por parte do brasileiro. O senador disse que vê com tristeza muitas pessoas falarem que não gostam de política. Segundo o parlamentar, esse pensamento facilita a atuação de maus políticos.

— O político corrupto não se torna corrupto por ser eleito. Ele já era corrupto antes — afirmou o senador.

Ao discursar no Plenário, Mozarildo disse que queria fazer uma “exortação” aos brasileiros que querem um Brasil melhor para que entrem na política.

— Se não for pela política, a gente não muda as coisas — declarou o senador.

Capiberibe critica uso político de rádios comunitárias

João Capiberibe (PSB-AP) denunciou ontem em Plenário o uso de uma rede de rádios comunitárias no Amapá, pertencentes à família do ex-senador Gilvam Borges, para difamar e caluniar adversários políticos.

De acordo com Capiberibe, os veículos de comunicação de Gilvam fazem oposição sistemática no Amapá ao governador, Camilo Capiberibe, ao prefeito de Macapá, Clécio Luís, e também ao senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Capiberibe reclamou do arquivamento, pelo Ministério Público Federal, de representações protocoladas pelo PSOL cobrando investigações sobre a rede de emissoras de Gilvam Borges.

Cyro: atuação dos black blocs é uma questão de Estado

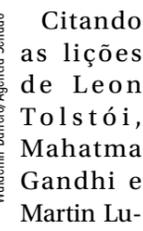
Cyro Miranda (PSDB-GO) condenou ontem as ações de vandalismo praticadas por grupos mascarados em manifestações por todo o país. O parlamentar elogiou a atitude do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que decidiram traçar uma ação conjunta de combate à ação desses grupos, conhecidos como *black blocs*.

Cyro ressaltou que a forma como atuam os *black blocs* nas manifestações é uma questão de Estado, já que envolve a segurança da população, o direito de ir e vir e a preservação do patrimônio público e privado.

Suplicy pede diálogo contra violência em manifestações

Citando as lições de Leon Tolstói, Mahatma Gandhi e Martin Luther King Jr. pela paz, Eduardo Suplicy (PT-SP) repudiou a violência nos protestos de rua, atribuindo os atos a “alguns jovens”, e chamou os movimentos sociais ao diálogo para garantir o caráter pacífico das manifestações. O senador expressou solidariedade ao coronel Reynaldo Simões Rossi, da Polícia Militar de São Paulo, espancado por manifestantes.

— O direito de manifestação, de realizar passeatas e de protestar é assegurado por nossa Constituição, mas quebrar coisas e veículos e destruir instalações do poder público ou da iniciativa privada, não — declarou.



Laços com Venezuela serão tema de grupo parlamentar

Senadores e deputados poderão aderir ao colegiado aprovado ontem para desenvolver estreitamento de relações do país vizinho com o Brasil nas áreas de comércio, cultura, sociedade e recursos energéticos

O SENADO APROVOU ontem o projeto de resolução (PRS 13/2007) que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela, que terá o objetivo de desenvolver medidas adequadas para o estreitamento dos laços comerciais, culturais, sociais e de recursos energéticos. O projeto segue para promulgação.

— O intercâmbio que poderá advir da criação do grupo contribuirá para o crescimento econômico com equidade, como via para alcançar sociedades mais justas, com a garantia de acesso a vida digna à totalidade da população desses dois países — assinalou o autor do projeto, Mozarildo

Cavalcanti (PTB-RR).

Senadores e deputados integrantes do grupo parlamentar vão elaborar e aprovar o estatuto. De forma não oficial, um grupo parlamentar Brasil-Venezuela foi lançado em 2007 e relançado em 2011. O projeto aprovado oficializa de maneira definitiva o grupo.



Paulo Bauer (D) registra presença de senadores suíços no Plenário da Casa

Delegação de parlamentares da Suíça visita o Senado Federal

Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou que as relações entre o Parlamento suíço e o Senado se tornam mais próximas, ao registrar ontem a visita de delegação de senadores da Suíça.

Mais cedo, a comitiva foi recebida na Presidência do Senado, pelo primeiro-secretário, Flexa Ribeiro.

Bauer comentou ainda que os senadores suíços se reuniram com Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Ana Amélia (PP-RS) na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e participaram de almoço com Luiz Henrique (PMDB-SC), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

CPI da Espionagem aprova requerimentos de informação

A CPI da Espionagem aprovou ontem pedido de informações a órgãos públicos e de comparecimento do comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Ccomgex), general de divisão Santos Guerra, e do secretário-executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Hartmut Richard Glaser.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) receberá pedido de informações sobre as outorgas de serviços para embaixadas estrangeiras. Também foi aprovada a autorização para que dois servidores do

Senado acompanhem as diligências da CPI — um do gabinete da presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e outro do gabinete do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Também enviarão informações Receita Federal, Ministério de Minas e Energia, Petrobras, Operador Nacional do Sistema (ONS), Furnas, Itaipu, Eletronuclear, Eletronorte, Chesf, Eletrobras, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Anvisa, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Correios e Polícia Federal, entre outros órgãos.



Mozarildo (D) considera que o projeto dele pode promover crescimento econômico para os dois países e garantir vida digna

Bauer quer dados sobre débitos venezuelanos

Paulo Bauer (PSDB-SC) informou ontem que pedirá à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) que o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, relate os resultados da missão oficial na Venezuela

e esclareça os planos de usar recursos do Tesouro Nacional, por meio do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), para pagar a pendência que o governo venezuelano tem com empresas brasileiras. O senador explicou que

empresas brasileiras foram estimuladas pelo governo a aumentar as exportações para a Venezuela e agora estão tendo dificuldades para receber o pagamento pelos produtos que fornecem. Os atrasos chegam a quatro meses.

Setor de segurança pública pede aprovação de fundo de custeio

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, foi considerada, em debate na Comissão Especial de Segurança Pública, uma esperança para o setor.

Alexandre Bustamante dos Santos, secretário de Segurança de Mato Grosso, afirmou que o fundo é a solução para a atual irregularidade de custeio, além de lembrar a necessidade de ouvir as demandas da sociedade na construção de um modelo de segurança pública.

Os representantes da Polícia Federal (PF) ressaltaram a necessidade de manter a expansão dos recursos para a instituição. “O crime organizado tem uma capacidade de crescimento muito maior que a nossa. É uma luta constante”, afirmou Rogério Galloro, diretor-executivo da PF e representante do Ministério da Justiça.

Fernando Duran, diretor de Administração e Logística

Policial da PF, propôs meios de financiamento consistentes, com um planejamento de segurança de médio e de longo prazos.

Tramitação

O autor da PEC 24, João Capiberibe (PSB-AP), cobrou um prazo para a tramitação da proposta, citando a crescente pressão dos profissionais de segurança pública.

Os senadores presentes ao debate comentaram a decisão que desentranhou a PEC 24 do conjunto de medidas em análise na Comissão Especial de Segurança Pública e a devolveram à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão, assinalou que o trabalho de um colegiado não exclui o do outro.

— Esta comissão vai fazer uma manifestação opinativa em relação a esta PEC 24 e isso não retira a força da CCJ — afirmou.

Reinserção é o foco de anteprojeto de Lei de Execução Penal

A comissão de juristas que estuda a reforma da Lei de Execução Penal já concluiu metade do trabalho de elaboração do anteprojeto que será apresentado aos senadores, informou ontem o presidente da comissão, ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Entre os temas em discussão, estão a superlotação das prisões, o alvará de soltura, a prisão preventiva, as medidas alternativas e novas regras para as saídas temporárias. Beneti destacou a necessidade de buscar a efetividade da lei, com resultados concretos, e a desburocratização dos processos.

— [Que] os profissionais envolvidos com a execução da pena possam dedicar os seus esforços ao foco principal, que é o ser humano. Que se preserve o ser humano e a própria sociedade a respeito da reinserção social dessa

pessoa — disse o ministro do STJ.

Uma medida proposta na comissão é a integração entre os conselhos de comunidade, que cuidam da reinserção do preso à sociedade, e os penitenciários, que são órgãos consultivos responsáveis por emitir parecer sobre indulto e livramento condicional, além de fiscalizar os estabelecimentos penais. O objetivo é garantir medidas para a aproximação do preso da família, aumentar a participação do Ministério Público, valorizar os servidores prisionais e transferir os casos de presos com problemas psiquiátricos da esfera de segurança pública para a de saúde.

A comissão definiu a tipificação de falta grave, que incluirá a tentativa de fuga. Já as faltas médias e leves deverão ser decididas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Sérgio Souza diz ser necessário coibir as causas da violência

Ao discursar no Plenário ontem, Sérgio Souza (PMDB-PR) manifestou preocupação com o aumento da violência nos centros urbanos. De acordo com o senador, é essencial coibir as causas que impulsionam “de forma crescente” a violência no país. Ele apontou o tráfico de drogas e armas, a impunidade e a pouca vigilância das fronteiras como algumas das causas da violência no Brasil.

Com base em matérias do jornal *Gazeta do Povo*, o senador informou que, entre 2004 e 2013, a cidade de Curitiba registrou 5.806 homicídios, dos quais 4.492 continuavam sem solução, até agosto. Segundo o parlamentar, o número evidencia que a impunidade é um fator relevante na violência.